

HABEAS CORPUS Nº 548.981 - SP (2019/0358547-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAPHAEL CAMARÃO TREVIZAN - AC004256
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DENNIS RODRIGO SUNIGA BARBOZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Dennis Rodrigo Suniga Barboza**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação n. 0093986-96.2016.8.26.0050).

Verifica-se dos autos que o paciente, em primeiro grau, foi condenado, como incurso no art. 157, §2º, I, II e V, c.c. o art. 70, ambos do Código Penal, à pena de 7 anos e 4 meses de reclusão, no regime inicial fechado, além do pagamento de 19 dias-multa.

Em segundo grau, a pena foi reduzida para 6 anos, 11 meses e 16 dias-multa mantido o regime fechado (fl. 43).

Com o presente *writ*, postula-se a revisão da dosimetria com a redução da pena-base.

É o relatório.

A condenação do paciente **já é definitiva**, com trânsito em julgado em 18/4/2018 e baixa definitiva em 6/8/2018.

Assim, o presente *habeas corpus* é sucedâneo de **revisão criminal**. Ocorre que, **como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão** em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a **incompetência** desta Corte Superior para o processamento do presente pedido.

Nesse sentido, confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. *WRIT* IMPETRADO CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO, SUBSTITUTIVO DE

Superior Tribunal de Justiça

REVISÃO CRIMINAL. NÃO INAUGURADA A COMPETÊNCIA DO STJ. SUPRESSÃO. INADMISSIBILIDADE. PEDIDO DE CONCESSÃO DE *HABEAS CORPUS* DE OFÍCIO. DESCABIMENTO. INICIATIVA DO ÓRGÃO JULGADOR.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC n. 494.794/MA, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 11/4/2019).

[...]

1. O *habeas corpus* foi impetrado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo transitado em julgado; é, portanto, substitutivo de revisão criminal. Por força do art. 105, I, "e", da Constituição Federal, a competência desta Corte para processar e julgar revisão criminal limita-se às hipóteses de seus próprios julgados. Como não existe, neste Tribunal, julgamento de mérito passível de revisão em relação à condenação sofrida pelo paciente, forçoso reconhecer a incompetência deste Tribunal para o processamento do presente pedido. [...]

(HC n. 288.978/SP, da minha relatoria, Rel. p/ Acórdão Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 21/5/2018 – grifo nosso).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator